

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1009772-33.2014.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade</b>
Requerente:	<b>Wilson Pozzi Neto</b>
Requerido:	<b>WMSP Empreendimentos e Participações e outros</b>

**WILSON POZZI NETO** ajuizou ação contra **WMSP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES E OUTROS**, pedindo o afastamento de Magda de Cássia Stephani Pozzi e Geraldo Stephani da administração da sociedade WMSP Empreendimentos e Participações Ltda., nomeando-se ele próprio, autor, para a gerência isolada e individual. Alegou, para tanto, em resumo, que juntamente com os réus integra a sociedade empresária, cujo objeto social, até janeiro de 2009, era a locação de imóveis próprios e a participação em outras sociedade, ocorrendo em 1º de fevereiro de 2009 a temerária alteração do contrato social, incluindo-se doravante a compra e venda de imóveis próprios, havendo na ocasião a manifestação dos dois sócios menores impúberes, dentre eles o autor, por intermédio de sua mãe, Magda, o que ensejou a alienação de vários imóveis, o que constitui tema de ação judicial específica, com pedido de nulidade das vendas. Era indispensável prévia autorização judicial para aquela alteração contratual, haja vista a menoridade de dois sócios. As alienação indevidas não resultaram em proveito da sociedade ou dos sócios, sendo mesmo nocivas. Além disso, é ruim a administração dos atuais gerentes. Por isso, pretende a exclusão de ambos da administração e do quadro societário.

Indeferiu-se o adiantamento da tutela jurisdicional.

Os réus foram citados e contestaram os pedidos, negando a existência de atos praticados com excesso de mandato ou violação da lei ou do contrato social.

Manifestou-se o autor.

Manifestou-se também o Ministério Público, preconizando a nomeação de curador à contestante menor, cujos interesses conflitam com o da mãe.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Nomeou-se curador, atuação já dispensada, haja vista a maioria alcançada.

A tentativa de conciliação foi infrutífera.

### **É o relatório.**

### **Fundamento e decido.**

O autor não pretende retirar-se da sociedade. Os réus também não. Não houve consenso a respeito, conforme registrado no termo de audiência de fls. 349, embora em algum momento tivesse havido a impressão de que seria a solução natural, diante da desarmonia reinante. Diante disso, não se cogita de realização de atividade pericial para apuração de haveres sociais (fls. 349), salvo se a decisão judicial decretar a exclusão dos sócios Magda e Geraldo. Efetivamente não houve reconhecimento do pedido por parte deles quanto à própria exclusão da sociedade, embora assim tenha parecido ao autor (fls. 227).

Discute-se noutros processos judiciais a nulidade da alteração do contrato social, que introduziu mudança no objeto social, abrangendo doravante a alienação de bens em lugar da simples administração. Em tais processos discute-se também a nulidade das alienações promovidas (fls. 77/112). Tais temas não integram a causa de pedir da presente lide.

A sociedade foi constituída pelo casal Wilson Virgílio Pozzi e Magda de Cássia Stephani Pozzi em 25 de setembro de 2003 e tinha por objetivo a locação de imóveis próprios e a participação como acionista ou cotista em outras sociedades (fls. 20/35). O autor e sua irmã Stephannie, então menores impúberes, foram admitidos na sociedade em 17 de novembro de 2003, instituindo-se direito de usufruto em favor dos pais (fls. 36/43). A administração era exercida por Wilson e Magda, ficando sob incumbência de Magda a partir de 29 de agosto de 2005, com a retirada de Wilson (fls. 44/51). Em 1º de novembro de 2008 foi admitido Geraldo, passando também a exercer a administração (fls. 52/58). Magda retirou-se mas retornou em 1º de setembro de 2011. Nessa mesma data, por resultado da mesma alteração contratual, Wilson Pozzi Neto, maior por emancipação, passou a exercer a administração conjuntamente com a mãe e o avó materno (fls. 64).

Significativo referir a alteração contratual ocorrida em 1º de fevereiro de 2009, quando incluiu-se como objetivo da sociedade, além da locação de

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

imóveis, a compra e venda de imóveis próprios. Tal alteração foi consensual mas a vontade dos sócios menores Wilson Neto e Stepphannie Pozzi foi manifestada por sua mãe (fls. 59/60).

Em 1º de setembro de 2011 Wilson Pozzi Neto, já maior por emancipação, passou a exercer a administração da sociedade e não manifestou qualquer contrariedade quanto ao objetivo social. Se houvesse discordância quanto à atuação em compra e venda de imóveis, não teria ratificado as demais cláusulas contratuais, como fez na oportunidade: *Ficam em pleno vigor as demais cláusulas e disposições contratuais não alteradas pelo presente instrumento* (fls. 62).

Atualmente também Stepphannie Pozzi é maior e não há qualquer pedido de sua parte, de anulação do contrato ou de contrariedade quanto à administração da sociedade.

Portanto, atualmente todos os sócios são maiores e capazes e podem deliberar livremente a respeito da administração e da sociedade, por voto de maioria.

Não havendo intenção da maioria dos sócios, de afastamento de um deles da gerência, seria precipitado fazê-lo o Poder Judiciário, questionando certos atos de gestão não impugnados pelo sócio promovente desta ação tão logo assumiu a administração conjunta. É plausível imaginar que, se fosse contrário a eles, teria manifestado desde logo. Não se está analisando prescrição da ação de responsabilidade, mas raciocinando-se quanto à oportunidade da ação.

De outro lado, enquanto se discute a nulidade dos atos de alienação, naquelas outras demandas em curso, seria equivocada, com a devida vênia, imputar-se responsabilidade pessoal à administradora que os praticou, excluindo-a neste momento da administração ou da própria sociedade.

Outro aspecto é a inexistência de demonstração cabal ou sequer indiciária, de que os demais atos de gestão de Magda Pozzi conduzam à grave sanção pretendida, da exclusão da administração e da própria sociedade e, ainda, por vontade de um único sócio, com o acréscimo, ainda, de ser uma sociedade familiar.

Referiu-se a existência de dívida de condomínio e o descuido da revelia no processo judicial de cobrança, o que não é bastante para gerar aquela consequência. A falta de manutenção do prédio, algo não demonstrado, embora também não contestado, pode decorrer da falta de recursos. E aí haveria

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

necessidade, talvez, de alienar algum outro bem ou modificar a forma de administração, para gerar recursos, parecendo não ter havido discussão a respeito, ainda, no âmbito da sociedade.

Semelhante conclusão é cabível no tocante a tributos incidentes e condomínio sobre os imóveis mencionados a fls. 10.

A discordância do autor quanto ao valor locatício de imóvel ocupado pela Administração Pública (fls. 10) não se compatibiliza com a cogitada exclusão dos sócios administradores.

Nota-se o mesmo quanto a outros imóveis, que o autor, aparentemente, pretenderia ver administrados de forma diversa (fls. 11), conquanto seu ponto de vista não esteja recebendo adesão dos demais. Nesse caso, excluam-se dois sócios por não atenderem a proposta de sócio minoritário seria contrariar o sistema da própria sociedade.

O conceito de falta grave, justificadora de exclusão judicial do sócio, é aberto, merecendo ser feito, caso a caso, um juízo de valor concreto, medindo-se a incompatibilidade da conduta noticiada e comprovada com a condição de sócio (v. Marcelo Fortes Barbosa Filho, Código Civil Comentado, Coord. Min. Cezar Peluso, Editora Manole, 2ª edição, página 959). Tem-se a prática de atos pelos administradores, em sociedade familiar, atos que encontram, agora, a resistência de um filho e neto, que há algum tempo foi incluído na própria administração, e que agora desavém com os demais. Tais atos, a despeito de não se analisar o resultado material da administração, não se mostram de gravidade tal que justifiquem a exclusão da sociedade ou até mesmo da administração.

Repele-se o pedido.

Possivelmente ensejará polêmica a fixação, haja vista a previsão do § 2º do artigo 85 do Código de Processo Civil, dando a compreender que a verba ficará entre 10% e 20% do valor atualizado da causa.

Conforme estabelece o § 8º do mesmo artigo 85, *Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto no § 2º.*

Se o arbitramento pode ser feito por equidade quando o valor da causa for muito baixo, por coerência também assim poderá acontecer quando o valor for muito alto, considerando os aspectos da própria causa. Tal qual se tem

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

nos autos.

Diante do exposto, **rejeito os pedidos** e condeno o autor, **WILSON POZZI NETO**, ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e dos honorários advocatícios fixados da patrona dos contestantes, fixados por equidade em R\$ 10.000,00.

A execução das verbas processuais, perante o beneficiário da gratuidade da justiça, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 28 de abril de 2017.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**